



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 8/2015

----- Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- As atas das reuniões de 27 de março e 10 de abril serão presentes à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatrocentos e oitenta mil, duzentos e catorze euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta euros e quarenta e dois cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA - FATURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PROVEITO DA CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM BAIXA TENSÃO -----

----- FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO – DISTINÇÃO HONORIFICA - SÓCIO DE MÉRITO -----

----- A Presidente apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- Também deu conhecimento do relatório do 1º trimestre de 2015, do GIP – Gabinete de Inserção Profissional de Rio Maior relativo à evolução do desemprego no concelho o qual se encontra disponível no site do IEFP.-----

----- Informou ainda da visita feita ao Centro de Saúde de Rio Maior, pelo Vice-Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Dr. Luís Pisco.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Considerou da maior importância a proposta apresentada relativa ao abaixamento do IVA para seis por cento na iluminação pública, dado que os valores da faturação aumentam cada vez mais, enquanto a receita diminui. Opinou que o executivo deveria tomar uma posição solidária com a Câmara Municipal de Castelo de Paiva sobre esta matéria, pois anualmente, no concelho de Rio Maior são dois milhões de euros que estão em causa e sendo um bem público não devia ser taxado pelo valor máximo.-----

----- Quanto ao sócio de mérito considerou esta atribuição tardia, pois Rio Maior nos últimos vinte e cinco anos tem dado à natação portuguesa um contributo extraordinário, não são pelos quadros, atletas, experiência de gestão, mas também nos jogos olímpicos, nos campeonatos europeus e mundiais. Trata-se de um reconhecimento, mas deve ser também um alerta, no sentido de o considerar como uma nova responsabilidade, pois aquilo que anteriormente era um mito, com tantas críticas pela aposta no desporto, e em particular na nata o, atualmente é um elemento estruturante no desenvolvimento do concelho.-----

----- Sobre os números do desemprego considerou ser uma forma de o governo dar uma imagem do desemprego abaixo do drama nacional, pois não constam nesses dados os desempregados de longa dura o. Manifestou também preocupa o quanto ao número de emigrantes verificado no concelho de Rio Maior, durante os últimos quatro anos, pois os dados apontam para cerca de dois mil. Apesar do referido existem elementos de reflexão positiva.-----

----- Relativamente a visita do Dr. Luís Pisco, lamentou que fazendo parte da ARS de Santarém há tantos anos não conhecesse um concelho com vinte e dois mil habitantes, dos quais onze mil e novecentos não têm médico de família e que desconhecesse o investimento que a Câmara Municipal tem feito ao longo dos anos para as unidades móveis, a fim de minimizar os problemas da saúde no concelho de Rio Maior. Espera que, num curto espaço de tempo, sejam resolvidas não são as

questões materiais, mas principalmente a colocação de médicos de família.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Congratulou-se com a tomada de posição do Município de Castelo de Paiva relativa à faturação da iluminação pública, opinando que a mesma deveria ser subscrita pela Câmara Municipal dado a justiça explanada nos documentos apresentados a remeter à ANMP e à Entidade Reguladora e também porque vem ao encontro do que sempre defendeu, ou seja tomadas de posição conjuntas, sobre matérias tão importantes para os municípios.-----

----- Seguidamente felicitou a Senhora Presidente pelo reconhecimento de mérito feito pela Federação Portuguesa de Natação, embora considere ser tardio. Rio Maior fez um grande investimento em termos financeiros no que concerne à natação, tendo sido uma aposta estratégica de grande ousadia, dado todos os custos energéticos inerentes às Piscinas Municipais, assim como todo o trabalho feito para os reduzir, sendo bom que também a Federação o reconheça.-----

----- Relativamente aos números do desemprego, referiu que todos desejam que o desemprego diminua e aumente o emprego sustentável, mas os números apresentados não são reais, dado que infelizmente não retratam o grande número de pessoas que saíram do concelho. Também não refletem o número de pessoas que devido às regras existentes deixaram de ter direito ao subsídio, assim como não contam com aqueles que embora tendo uma ocupação e algum rendimento, não se inserem no emprego regular.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por se reportar ao recente falecimento do Professor Mariano Gago que foi Ministro da Ciência e Tecnologia, alguém que em Portugal teve um papel extraordinário naquilo que foi a divulgação de uma cultura de ciência, de rigor científico e de exigência de trabalho. Foi essa cultura do rigor e da exigência que procurou sempre difundir. Mariano Gago foi um professor universitário reconhecido por todos os quadrantes científicos, sociais, culturais e políticos e também em Rio Maior assumiu um papel relevante na defesa da criação de condições financeiras para a construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Também foi ele que lançou a primeira pedra do atual edifício. -----

Sugeriu ao executivo a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Mariano Gago e que se guardasse um minuto de silêncio em sua memória.-----

----- Considerando que estava a falar de pessoas que foram importantes para o município de Rio Maior, recordou uma proposta aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em mil novecentos e noventa e seis, relativa à atribuição do nome do Dr. Silvino Sequeira ao Parque Desportivo Municipal, um gesto simbólico de reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido, o que não se concretizou na altura porque o Dr. Silvino Sequeira recusava homenagens enquanto estivesse no exercício de funções. No mandato anterior o assunto foi recuperado pela Vereadora Dra. Ana Cristina Figueiredo, tendo a Senhora Presidente assumido concretizar essa decisão, pelo que solicitava que fosse dado andamento à referida proposta.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por perguntar quais os projetos que foram incluídos na candidatura ao “Portugal 2020”. Questionou também se a Sra. Presidente fora informada da notícia publicada no jornal “Correio da Manhã” relativa a rejeição de candidaturas do último Quadro Comunitário de Apoio.-----

----- Seguidamente congratulou-se com o êxito da vigésima quarta edição do Grande Prémio de Marcha Atlética. Este é um exemplo de que todos se devem orgulhar não só pela capacidade concretizadora, mas também pela capacidade de envolver os diversos agentes nacionais e internacionais, valorizando o saber fazer e a diferenciação, pois urge criar novas formas de atrair e envolver novas gentes. “Parabéns pelo sucesso organizacional e também pelos resultados obtidos por atletas riomaiorenses.”-----

----- Ainda no uso da palavra reportou-se às recomendações feitas pela Assembleia Municipal e opinou que as mesmas devem ser cumpridas, concordando-se ou não com os nomes de Álvaro Cunhal, Eugénio de Andrade ou José Saramago, salientando que através da toponímia nas localidades se percebe a história e os momentos sócio-políticos de cada época. Registou com agrado que o município de Santarém tenha atribuído o nome de Álvaro Cunhal à antiga Rua de S. Domingos.-----

----- Sobre a Zona Industrial perguntou o que estava previsto em termos de requalificação e qual o ponto da situação.-----

----- Terminou a sua intervenção referindo-se ao “25 de Abril” e afirmou que os momentos que se vivem são para refletir e agir, pois mesmo ao Poder Local estão a retirar autonomia administrativa e financeira e apesar de todos os aumentos verificados a dívida pública aumentou, assim como os cuidados de saúde são mais caros e de menor qualidade. Apelou a que neste “25 de Abril” todos participassem nas

comemorações da Autarquia, da Freguesia, ou da Coletividade, mas sempre com a noção de que é preciso lutar para manter os direitos adquiridos.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre as recomendações da Assembleia Municipal para as homenagens ao Dr. Silvino Sequeira, Sr. Marcolino Nobre, Dr. Álvaro Cunhal e outras entidades opinou que estas não se devem adiar infinitamente na tentativa de conseguir tratar de todas em simultâneo, pois isso seria o caminho para não se conseguir dar continuidade ao processo. Referiu que estava do lado daqueles que querem efetivamente cumprir aquilo que foi decidido formalmente e aprovado por unanimidade.-----

----- Continuando no uso da palavra reportou-se a um artigo de opinião do atual Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, publicado no jornal Correio da Manhã, sob o título “Bom Senso” onde este refere que sessenta candidaturas de estratégias urbanas de desenvolvimento local das regiões Centro, Norte e Alentejo foram reprovadas e onde sensibiliza para o excesso de centralismo e controle da Administração Central para com os municípios e associações de municípios. Alertou para a importância destas questões e referiu que as mesmas devem ser tratadas em sede da ANMP e em sede das Comunidades Intermunicipais, pois nas negociações é muito importante a união dos autarcas para definir a estratégia para cada região e respetiva repartição de verbas.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Relativamente ao Professor Mariano Gago concordava com as afirmações feitas pelo Vereador Daniel Pinto, recordando que fora seu aluno e pode testemunhar a sua inteligência acima da média, salientando o seu contributo ao País, nas áreas de investigação e ciência, o que merece todo o reconhecimento, para além da sua ligação a Rio Maior.-----

----- Sobre a realização do Grande Prémio de Marcha Atlética salientou a excelência da organização, o que foi reconhecido pela Federação Portuguesa de Atletismo e Federação Internacional de Atletismo, atletas e todas as entidades presentes, o que prestigia o nome de Rio Maior além fronteiras.-----

----- Quanto ao Campeonato Nacional de Marcha, salientou os excelentes resultados obtidos pelos atletas riomaiorenses e deu conhecimento de algumas das classificações obtidas nomeadamente em masculinos, em 1º lugar Sérgio Vieira, em 2º lugar Pedro Isidro e em 3º lugar João Vieira. Nas provas femininas classificou-se em 1º lugar Ana Cabecinha, em 2º lugar Inês Henriques, em 3º lugar Vera Santos e em 4º

lugar Susana Feitor. Na categoria de Sub23 o 1º lugar foi para Miguel Carvalho e em femininos 1º lugar para Mara Ribeiro. Na categoria de juniores 1º lugar para Miguel Rodrigues. Terminou deixando um agradecimento a todos aqueles que colaboraram e tornaram possível esta excelência na organização.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Relativamente às palmeiras da Rua Almirante Cândido dos Reis deu conhecimento que os serviços vão proceder a um novo tratamento fitossanitário, sendo mais uma tentativa para as conseguir salvar, lembrando que estas fazem parte da paisagem e património local.-----

----- Felicitou os Presidentes das Juntas de Freguesia de S. Sebastião e Alcobertas pelo trabalho realizado em parceria, na reparação de uma estrada de ligação entre as duas freguesias, com o apoio do equipamento camarário. Salientou a importância destas parcerias.-----

----- Reportou-se aos vários acidentes ocorridos no cruzamento das Marinhas do Sal e informou que os serviços da Câmara vão alterar a sinalética existente. Posteriormente serão colocadas duas lombas naquele local na tentativa de minorar o número de acidentes ali ocorridos.-----

----- Quanto à frota do município deu conhecimento do relatório da CIMLT e lembrou que a mesma tem uma idade média de catorze anos e afirmou que, caso houvesse verbas disponíveis, optariam por veículos elétricos ou a gás, o que não é previsível de concretizar a curto prazo.-----

----- Sobre a requalificação da Zona Industrial informou que os projetos para os esgotos estavam concluídos assim como também para colocação do lancil, no entanto as verbas ainda não foram disponibilizadas e não sabia se haveria a possibilidade de apresentar uma candidatura aos fundos comunitários para a referida requalificação, no entanto compreendia a preocupação dos Senhores Empresários.-----

----- Relativamente à homenagem ao Dr. Silvino Sequeira referiu haver um compromisso aprovado pelo Câmara e Assembleia Municipal que ainda não se concretizou porque o Dr. Silvino Sequeira considerara ainda não ser oportuno, mas o assunto não está esquecido. Quanto ao busto de Marcolino Nobre informou que o mesmo está concluído desde março, faltando apenas acertar alguns pormenores quanto à sua localização.-----

----- Terminou referindo que subscrevia a posição tomada pelo município de Castelo de Paiva sobre a iluminação pública e afirmou que, apesar de todos as chamadas de atenção do município de Rio Maior, todos os Senhores Presidentes de Junta de

Freguesia solicitam o reforço da iluminação pública.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Depois de alguns esclarecimentos sobre a tomada de posição do Município de Castelo de Paiva, nomeadamente que a ANMP está a acompanhar o processo, foi decidido por unanimidade subscrever a referida tomada de posição. -----

----- Quanto à notícia publicada no jornal Correio da Manhã, com o título “Bom Senso”, de Almeida Rodrigues, referiu que este se reportava à reprovação das candidaturas de estratégias urbanas de desenvolvimento local de base comunitária das regiões Centro, Norte e Alentejo e informou que, contrariamente, lhe fora comunicado pela APRODER que já fora publicado no portal “Portugal 2020” a aprovação da pré-qualificação das candidaturas de desenvolvimento local de base comunitária – 1ª fase.-----

----- Sobre o “Portugal 2020” informou ainda não haver candidaturas apresentadas por parte dos municípios, apenas existindo as estratégias das comunidades. Aditou que, pela dificuldade do processo houve necessidade por parte do Secretário Executivo da CIMLT de alargar as reuniões aos cinquenta e oito municípios, primeiro com uma reunião plenária e depois com reuniões setoriais.-----

----- Acerca da requalificação da EN114 informou estar agendada para a próxima semana uma reunião com as Estradas de Portugal para analisar todo o processo. -----

----- Terminou a intervenção referindo subscrever na íntegra as palavras do Vereador Daniel Pinto sobre o professor Mariano Gago. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do professor Mariano Gago, foi **aprovado por unanimidade** pelos presentes.-----

----- Foi neste momento feito um minuto de silêncio em memória do professor Mariano Gago.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 29/2015, DE 13 DE ABRIL – TRABALHOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA PRESTADOS PELA CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 29/2015, datado de 13-04-2015, exarado ao abrigo do nº3 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, através do qual foi determinado o pagamento da despesa calculada no valor de 2.417,48€ (dois mil quatrocentos e dezassete euros e quarenta e

oito centimos), referente aos trabalhos de coordenação de segurança em obra, prestados pela CIMLT, no ano 2014, no âmbito do protocolo em vigor.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **DESPACHO Nº. 30/2015, DE 16 DE ABRIL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO, DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE COLETORES DE ESGOTO DOMÉSTICO E/OU PLUVIAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho nº 30/2015, datado de 16-04-2015, exarado ao abrigo do nº3 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, através do qual foi determinado emitir parecer prévio vinculativo à abertura do procedimento de ajuste direto pelo regime geral, para aquisição de serviços de desentupimento, desobstrução e limpeza de colectores de esgoto doméstico e/ou pluvial, nos termos dos nºs 5 e 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção apenas para sinalizar mais uma vez a forma como a Administração Central não tem permitido às autarquias a contratação de trabalhadores, obrigando sempre a recorrer a serviços externos, pois este tipo de serviços poderia ser feito por administração direta.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu tratar-se do aluguer de um equipamento que custa cerca de trezentos mil euros, destinado ao desentupimento e desobstrução de esgotos, aditando que, por muitos trabalhadores que a autarquia tivesse, não seria possível resolver esta situação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO II - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2015--**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento (Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes e

Plano Plurianual de Investimentos) 2015, e, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente a esta matéria referiu não concordar com este sentido de solidariedade imposto pela Administração Central, pois entendia a solidariedade como um ato voluntário e não como uma imposição, razão pela qual iria votar contra.-----

Aditou que, do ponto de vista da gestão financeira, o município de Rio Maior controlou sempre a situação e todos os investimentos foram feitos de forma responsável e sempre no intuito da melhoria das condições de vida das populações.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o Fundo de Apoio Municipal opinou ser intolerável a forma como a Administração Central trata os municípios que, mesmo com prejuízo para as populações, cumpriram as metas orçamentais impostas e agora vão ter de apoiar aqueles municípios que não cumpriram, estando em causa setecentos e cinquenta mil euros até dois mil e vinte e um.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com dois votos contra dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto e uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.--

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votamos contra porque consideramos ser uma ingerência nas atribuições municipais esta solidariedade obrigatória.”-----

----- (O Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto ausentou-se a partir deste momento da reunião e justificou a saída por motivos profissionais.)-----

----- **PONTO III – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2014, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução nº. 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados e, nos termos, da alínea I) do nº 2 do art.º 24 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Mais deliberar, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 constante do documento em apreço.-----

----- Seguidamente destacou a taxa de execução orçamental da receita que atingiu os 75,28% e a taxa de execução orçamental da despesa que atingiu os 78,89%, o que considerou significativo, face à imprevisibilidade que afetou a elaboração do orçamento. Congratulou-se também pelo facto do atual executivo continuar a cumprir com o princípio de equilíbrio orçamental, conseguindo na execução orçamental gerar uma poupança corrente de € 2.974.054,57, necessária para financiar as elevadas despesas de capital da autarquia, geradas pelo elevado valor dos empréstimos bancários contraídos em tempos. Disse ainda que uma das opções estratégicas do executivo é a diminuição da dívida global da autarquia e que o valor global do endividamento municipal se cifrou no final do exercício de 2014, em €18.959.530,34, diminuindo a dívida em €1.371.124,05 em relação ao ano de 2013.-----

----- Terminou deixando um agradecimento a todos os colaboradores do município pela elaboração do documento que cumpre na integra aquilo que é a politica deste executivo, a transparência, o rigor e a clareza na apresentação dos documentos. Um agradecimento também a todos os Vereadores que compõem o executivo, sem distinção politico/partidária, pois todos têm demonstrado que o que os rege e o que rege a sua participação no executivo municipal é apenas o superior interesse dos riomaioreses.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo que o documento em apreciação tem um carater técnico e administrativo que é de relevar, pela importância do conhecimento que se adquire relativamente à gestão da autarquia. Relevou também a competência técnica e os bons funcionários existentes na Câmara Municipal e afirmou que as autarquias são um exemplo que contraria a campanha do governo para denegrir a imagem dos funcionários públicos.-----

Opinou que, para o Poder Local, os tempos que se vivem são de muita dificuldade face aos constrangimentos administrativos, legais, financeiros e de recursos humanos existentes, bem como face à instabilidade política e de concentração de poderes. Aditou que a estratégia deste governo é instrumentalizar as autarquias no sentido de fazerem a sua politica e referiu que todas as leis dos últimos anos não têm contribuído para o desenvolvimento das autarquias e para o desenvolvimento sustentado dos

concelhos. Acrescentou que em dois mil e quinze embora não se verificasse redução de verbas para o concelho, o facto da actividade económica estar em baixa faz com que as receitas diretas e indiretas do município baixem substancialmente. Aditou ainda que este relatório acentua a redução da dívida e referiu que as Autarquias são quem mais tem contribuído para a redução da dívida, fazendo muito com poucas verbas. Frisou que todos os empréstimos foram contraidos com a anuência e autorização da Administração Central.-----

----- Disse ainda que, o contexto em que se viveu o ano de dois mil e catorze não foi fácil, e a maioria do executivo tem tentado reduzir o montante da dívida, opinando que enquanto esta não estiver abaixo dos oito milhões, os próximos tempos não vão ser fáceis e a sua critica ia no sentido de que esta situação irá obrigar a que nos anos futuros haja um novo paradigma, ou seja saber como se vai aumentar a receita. Terminou indicando o sentido de voto como abstenção.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou os serviços pelo excelente documento apresentado. Felicitou também a Senhora Presidente da Câmara pela coragem que teve de relevar a colaboração dada ao executivo por todos os eleitos, reconhecendo que os valores maiores que defendem é o progresso e o desenvolvimento do Concelho de Rio Maior.-----

----- Sobre a análise dos documentos de Prestação de Contas disse que refletiam as opções impostas pela Administração Central ao município de Rio Maior, salientando o valor de cerca de três milhões de euros na poupança corrente o que considerou notável. Aditou que, dado as regras impostas, apenas poderia considerar uma redução da dívida na ordem dos setecentos mil euros dado que a Administração Central impôs ao município de Rio Maior o FAM, o que impossibilitou os autarcas de gerirem os recursos em benefício das populações.-----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção pois se votasse favoravelmente estava a apoiar uma imposição ilegítima que é exercida sobre os municípios em geral e esta é a forma que tem para demonstrar o seu desacordo perante as normas aplicadas às autarquias locais.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre o Fundo de Apoio Municipal (FAM) informou que os cerca de setecentos mil euros não contam para a capacidade de endividamento, mas apesar de constar no documento uma redução da dívida de cerca de um milhão e trezentos mil euros, poderá ser sempre interpretado de forma diferente.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO**-----

----- Referiu depreender-se da intervenção feita pelo Vereador Augusto Figueiredo que, caso a CDU estivesse no governo faria tudo de maneira diferente. Aditou que apesar de todas as dificuldades o País recuperou credibilidade e já tem crédito no exterior.-----

----- Sobre o documento em análise referiu que o esforço da dívida é de dois milhões e cem mil euros, representando 11,2% da receita. Disse também que a redução da dívida é cerca de dezanove milhões de euros, representando menos vinte e sete por cento do que em trinta e um dezembro de dois mil e nove, o que em termos políticos considerou extraordinário. Referiu também que deviam ser criados instrumentos para que a redução até este valor fosse feita de uma forma mais gradual e assim permitir uma gestão diferente, salientando que apesar de todos os condicionantes a Câmara Municipal conseguiu executar um volume de obras significativo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Agradeceu a todos os colaboradores da autarquia pelo documento de grande qualidade apresentado.-----

----- Seguidamente realçou a redução da dívida não diminuindo o investimento, quer no atual executivo, quer no anterior.-----

----- Salientou o espírito de colaboração entre todos os trabalhadores do município, bem como entre todos os membros do executivo liderados pela Presidente da Câmara que tem contribuído para enfrentar os anos difíceis que se têm vivido.-----

----- Opinou que o ano de dois mil e quinze será um dos mais difíceis dado as indefinições do QCA e a limitação no acesso ao crédito, por parte das autarquias.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu o Vereador Lopes Cadoso que todas as intervenção que faz são com o intuito de defender os interesses do município de Rio Maior e permitir que em conjunto possam ultrapassar as dificuldades. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ O meu sentido de voto foi de abstenção porque embora as contas e a sua clareza mereçam a aprovação não posso legitimar que a contribuição obrigatória do município, para o Fundo de Apoio Municipal, que nos obriga a um endividamento na ordem dos setecentos e cinquenta mil euros, valor que permitiria o reforço nos apoios

nas áreas sociais e o reforço na cooperação com as Juntas de Freguesia e que, por obrigatoriedade imposta pela Administração Central, esse esforço da autarquia não pode ser canalizado para aqui.”-----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se neste momento da sala de reuniões)-----

----- **PONTO IV - INSTRUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014 - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em face dos documentos em apreço e de acordo com o artigo 32º dos Estatutos da Sociedade, aprovar os Instrumentos de Prestação de Contas 2014 da Escola Profissional de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com a clareza dos documentos apresentados, com uma linguagem que devia ser comum em todas as instituições, discriminando ao pormenor tudo aquilo que acontece na escola. Relevou esta prática que é um contributo para a transparência e para o rigor. -----

----- Seguidamente reportou-se à rubrica “Execução de investimentos, nos edifícios e outras construções” onde estavam previstos cento e cinquenta e cinco mil euros e questionou porque razão só executaram quarenta e três mil euros.-----

----- Falou da sua preocupação quanto ao futuro da escola profissional no modelo atual e que políticas é que irão valorizar o ensino profissional, no atual quadro político.-

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou o Diretor Financeiro e Pedagógico e os membros do Conselho de Administração da escola pelos resultados obtidos. Disse esperar que as dúvidas lançadas sobre o futuro do ensino profissional se dissipem e que esta empresa municipal continue a dignificar o nome de Rio Maior e do ensino profissional.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

Indicou o sentido de voto como favorável e referiu que a Escola Profissional de Rio Maior é motivo de orgulho para Rio Maior e não só, pois há muito que a sua fama ultrapassou as fronteiras concelhias. Sendo verdade que as contas refletem a sua boa gestão fruto também das boas parcerias entre as entidades promotoras, Associação Empresarial, Associação de Produtores Agrícolas e o Município, cuja confiança depositada nas diferentes direções foi sempre uma constante. Ressalvou ainda o

empenho e o investimento feito por algumas empresas de renome, dando o exemplo da Siemens, Vulcano e a Rodoviária do Tejo, entre outras. Aditou que não deixava de ser preocupante o principal modo de financiamento, os Fundos Comunitários, questionando como se irá proceder quando estes acabarem. Frisou que era totalmente a favor dos cursos profissionais e consequentemente, também, das escolas profissionais, ao contrário do que alguns pensavam, e outros diziam.-----

Disse ainda que todos sabem que o ser humano é caracterizado por especificidades próprias que conduzem a uma individualidade única, com competências próprias que podem e devem ser aproveitadas e potenciadas o que acontece nas escolas e nos cursos profissionais e seria injusto tratar de forma igual aquilo que é desigual. Opinou que os cursos profissionais são essenciais para o desenvolvimento do tecido económico da região e consequentemente do País e a União Europeia tem consciência que muito do desenvolvimento do tecido económico do seu espaço europeu também depende do seu empenho nos cursos profissionais.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e felicitou todos aqueles que passaram pela direção da escola, desde a sua fundação, nomeadamente diretores pedagógicos e financeiros, formadores e alunos, pois independentemente daquilo que venha a acontecer ao ensino profissional a Escola Profissional de Rio Maior atingiu os objetivos a que se propôs. Manifestou também grande apreço por esta escola dado que esteve na génese da mesma. Disse que o êxito atingido se deve à “carolice” do município de Rio Maior e restantes promotores, nomeadamente Associação Comercial e Industrial de Rio Maior e Associação de Produtores Agrícolas do Concelho de Rio Maior. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que a continuidade das escolas profissionais depende do Governo e opinou que na próxima década o seu futuro está assegurado considerando o grande investimento da parte da União Europeia, para Portugal, em termos de formação.-----

----- Deixou o seu reconhecimento ao Diretor Pedagógico e aos Órgãos do Conselho de Gerência da Escola Profissional de Rio Maior pelo êxito alcançado e referiu a grande taxa de empregabilidade dos alunos ali formados.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acrescentou que a Escola Profissional de Rio Maior se continuar a trabalhar de uma forma eficiente e orientada para resultados, não tem que se preocupar com o futuro, seja com o apoio do Fundo Social Europeu ou através do Orçamento Geral do Estado. Referiu também que o Estado não vai abdicar da sua responsabilidade na

formação e no ensino e desde que trabalhe de forma organizada e eficiente não deve ter dúvidas sobre o futuro.-----

----- **DIRETOR FINANCEIRO E PEDAGÓGICO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, BENTES DA SILVA** -----

----- Agradeceu as palavras proferidas relativamente à Escola Profissional de Rio Maior. Sobre a não execução do investimento de dois mil e catorze, resultou do facto de haver obras que estavam em curso e só foram concluídas em dois mil e quinze, nomeadamente a construção de novas salas de aulas, dado que as condições climatéricas não permitiram a sua conclusão.-----

----- Informou ainda que a escola já obteve autorização prévia de funcionamento para trezentos alunos, podendo assim ter mais um curso, sendo o objetivo abrir quatro cursos este ano.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Acrescentou que uma escola com esta qualidade, não devia estar sujeita aos Quadros Comunitários de Apoio, deveria ser financiada pelo Ministério da Educação.--

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que a Administração Central também aproveita as verbas do Fundo Social Europeu para fazer formação profissional. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO V – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014 – DESMOR**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face dos documentos em apreço e de acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da Desmor conjugado com o artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa seja favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano de 2014.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Agradeceu a todos os aqueles que diariamente recebem os clientes da DESMOR, pois é a prestação de um serviço de excelência que fideliza os “clientes” da empresa municipal, para além da constante melhoria das instalações.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou a Administradora da DESMOR, Diva Cobra, pelos resultados obtidos, pela clareza do documento e referiu que do ponto de vista da análise financeira a dependência da autarquia subiu ligeiramente, ficando pelos 31,3%, no entanto é um

sinal a que a Administração deve estar atenta. Deixou ainda uma recomendação no sentido de que, as contas da água e da luz, se refletissem no documento de prestação de contas, o que do ponto de vista da clareza era importante.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que o documento em análise versava um dos vetores mais importantes na afirmação do concelho de Rio Maior, no País e no Mundo, que é o desporto e frisou a riqueza dos dados apresentados no documento.-----

----- Constatou-se que as receitas próprias diminuíram cerca de 10%, sendo importante perceber a razão, para além do peso dos subsídios nas receitas, sendo importante inverter esta tendência.-----

----- Considerou ser de extrema importância refletir sobre o alargamento dos serviços da DESMOR a todos os lugares e a todas as freguesias. Opinou que ainda não se conseguiu implementar, apesar das muitas tentativas, aquilo que deve ser o Concelho do Desporto. Entende ainda que, quanto mais próximo a DESMOR estiver das pessoas e das populações, melhores condições haverá para aumentar as receitas. Disse ainda que o mais importante da DESMOR é a excelência do serviço.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o serviço prestado pela empresa DESMOR está a ser alargado sempre que solicitado pelas Juntas de Freguesia e Centros de Dia. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Frisou a qualidade do documento apresentado e a excelência do serviço prestado. Opinou que todos devem estar atentos à concorrência, pois mesmo numa época de crise surgem outros centros de estágio em Portugal e na Europa, também com qualidade, pelo que para além de alargar a prestação de serviços também se deve estar atento ao mercado internacional. Referiu também que o êxito do Grande Prémio de Marcha reflete todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos na projeção do desporto e do concelho de Rio Maior.-----

----- **ADMINISTRADORA DA DESMOR, DIVA COBRA** -----

----- Agradeceu as palavras proferidas pela Senhora Presidente e pelos Senhores Vereadores. Seguidamente informou que a Desmor é uma empresa com uma missão muito abrangente, indo do desporto para todos ao desporto do mais alto nível e disse que só sessam alguns núcleos se não houver pessoas ou serviços sociais.-----

----- Referiu ainda que vão manter o investimento nas instalações, cumprir o que é imposto pela Lei 50/2012, manter o Parque Desportivo e a excelência nos serviços e também trabalhar na internacionalização da empresa através da assinatura de protocolos e ainda iniciar procedimentos de melhoria do sistema de gestão interna.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso entrou neste momento na sala de reuniões.)---

----- **PONTO VI – REVISÃO DE PREÇOS DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR (CONTRATO Nº 48/2010/P, DE 24-11-2010)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a revisão de preços referente ao contrato nº 48/2010/P, de 24-11-2010, relativo à Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, no Concelho de Rio Maior, executada pela empresa SUMA-Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. de acordo com a informação técnica em apreço.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se os munícipes das freguesias que têm um menor número de recolha de resíduos, se vão continuar a pagar mesma taxa.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que, quando necessário a empresa tem assumido recolhas suplementares nas freguesias.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a qualidade da prestação dos serviços tem melhorado nos últimos tempos o que contribui para a promoção de uma melhor educação ambiental. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO VII - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE SOCIEDADE PANIFICADORA COSTA & FERREIRA, LDA. - ALTO DA SERRA – RIO MAIOR - PROC. N.º51/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação e parecer em apreço, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma empresa que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região.-----

Mais deliberar, submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por enaltecer a qualidade da informação e a sua fundamentação sobre

os pressupostos da declaração de interesse público e aditou que, pelo conhecimento que tinha da empresa esta merecia a referida aprovação de interesse público. Lamentou que por vezes estes processos demorem anos a ser desbloqueados pela Administração Central. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Enalteceu a apresentação dos documentos e referiu que deveriam ser todos apresentados desta forma. Lamentou o número de anos que leva a regularizar estas situações e que a lei apenas o permita até seis de janeiro do próximo ano.-----

Salientou tratar-se de uma empresa com cento e cinquenta trabalhadores e não será a Câmara Municipal nem a Assembleia Municipal um entrave para o desenvolvimento e afirmação da empresa no Concelho.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” – CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta é, nos termos e fundamentos constantes das informações dos serviços, proceder à renovação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Centro de Educação Especial “O Ninho “ tendo em vista a inserção de onze cidadãos portadores de deficiência motora e/ou intelectual.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Eu voto a favor porque estes protocolos são fundamentais para uma sociedade que queremos inclusiva e pena é que não possam ser mais, porque todos nós temos a ganhar em lidar com a diferença e o concelho de Rio Maior também pode, aí marcar-se pela diferença. Ser inovador na inovação de incluir pessoas portadoras com deficiência, porque todos temos o direito a ser felizes. Os jovens ou menos jovens vêm isso como uma profunda oportunidade e as autarquias deviam ser pioneiras nessa perspetiva como forma de projetos inovadores”.-----

----- **PONTO IX – EMPREITADA – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO SUL DO CONCELHO (CENTRO ESCOLAR Nº 3) – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 190/2012 DE 22 DE AGOSTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (30%), prestada pela empresa "Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – EMPREITADAS: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – RECEÇÃO DEFINITIVA – LIBERAÇÃO DE CAUÇÕES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução prestada pela empresa "Civilvias – Construções e Vias, Lda", no âmbito dos contratos de empreitada identificados em assunto, nos termos da informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XI – CONCURSO INTERNACIONAL DE VINHOS LA SELEZIONE DEL SINDACO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a inscrição do Município de Rio Maior, no XIV Concurso Internacional de Vinhos "La Selezione del Sindaco".-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu ter sido positivo a adesão do município de Rio Maior à Associação de Municípios Portugueses do Vinho dado que muitas medalhas têm vindo para o concelho de Rio Maior. Deu o exemplo da empresa "Quinta da Badula" que obteve uma medalha de ouro. Informou que os municípios ao concorrerem proporcionam que os produtores locais se possam inscrever. Informou ainda que o concurso de junho vai decorrer em Oeiras. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a adesão do município à Associação de Municípios Portugueses do Vinho, pois o concelho de Rio Maior tem crescido em número de empresas ligadas à produção vinícola, bem como em relação ao nível do reconhecimento da qualidade dos vinhos produzidos. Referiu ser gratificante verificar

que empresários locais que fizeram um percurso de aprendizagem noutros setores de atividade que entraram em crise, iniciaram atividades neste ramo, o que a todos orgulha. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com esta decisão dado tratar-se de uma plataforma de internacionalização e de conhecimento da excelência dos produtos riomaiorenses e a sua internacionalização vem contrariar aquilo que tem sido prática, a desvalorização da agricultura no concelho de Rio Maior. Disse que a curto prazo os planos estratégicos para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior não podem esquecer a agricultura nem a indústria agroalimentar. Frisou que o vinho produzido é de altíssima qualidade e seria de ponderar a possibilidade de, nos certames Frimor e Tasquinhas, fazer parcerias com as coletividades no sentido de potenciar uma mostra de produtos riomaiorenses, incluindo o vinho, que, pela excelência de qualidade deve ser altamente valorizado.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que o executivo anterior a quando da elaboração do Plano Estratégico, incluiu a indústria agroalimentar como um dos setores a potenciar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XII - PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES A ALUNOS DO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO - ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, aprovar a proposta de Protocolo e posterior envio à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Informou que relativamente a estes dois níveis de ensino ainda não havia protocolo assinado. Apenas fora assinado protocolo de fornecimento de refeições para o ensino pré-escolar e 1º ciclo. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse ter muitas reservas quanto ao cumprimento, por parte do Governo, desta transferência de competências, pois nem sequer consta na documentação quanto é que o município paga e que deveria ser o Ministério da Educação a pagar.-----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção pois não concorda que o Ministério da Educação ao transferir competências não transferira as verbas correspondentes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com

uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra:-----

----- "Votei favoravelmente esta proposta no sentido de possibilitar ao município arrecadar esta receita por via do contrato com a Administração Central. Obviamente que não subcrevo a forma como as refeições são contratadas a empresas que apenas visam o lucro e que não prestam um serviço de qualidade, no meu entender."-----

----- **PONTO XIII - ANULAÇÃO DÍVIDA REFERENTE À ALUNA LAURA REBELO LOURENÇO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação dos serviços, proceder à anulação da dívida constante na fatura E2014A/1663, cujo processo se encontra em execução fiscal desde 18/11/2014.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se neste momento da reunião.)-----

----- **PONTO XIV – PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO DO TERRENO E SUPRIMENTOS – PARQUE DE NEGÓCIOS DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da justificação apresentada, autorizar a prorrogação do prazo para pagamento do valor das prestações em dívida até 31 de Dezembro de 2015, assim como o pagamento dos suprimentos, aos quais serão acrescido os juros legalmente exigíveis.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Começou por dizer que este assunto deve ser objeto de uma reflexão profunda sobre os investimentos feitos no concelho de Rio Maior e da relação custo/benefício, questionando porque razão a Depomor não cumpre o plano de pagamentos tanto mais que o município para além de ter investido três milhões de euros na aquisição do terreno, ainda faz todas as tentativas para atrair empresas. Referiu também que numa altura de crise, com a redução das diversas receitas, as regras devem ser claramente definidas, caso isso não aconteça a quota da Câmara terá de aumentar. Disse ainda que iria votar contra e que a Câmara deveria por termo a esta situação.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável, mas fez uma recomendação à Câmara

no sentido do representante do município na Depomor, alertar para esta situação de incumprimento, pois o plano de negócios previsto há muito que foi alterado. Referiu haver entidades bancárias que poderão colmatar esta situação, pois a missão da Câmara não é de financiar, mas sim de apoiar as populações em áreas sociais importantes, não devendo ficar impossibilitada de o fazer para assumir uma função financeira.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Lamentou este adiar de responsabilidades e referiu que na Assembleia Geral foi dito que a situação se mantém porque não tem havido capacidade financeira por parte da empresa para honrar este compromisso.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de voto da **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Não é novidade para nós o requerido, contudo e em consciência, não me sinto capaz de avaliar convenientemente os dados que foram fornecidos, daí a minha abstenção.”-----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso entrou neste momento na reunião.)-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Nos termos do n.º5 do artigo 27º do regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes ---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Começou por lamentar não lhe ter sido permitido intervir na reunião de Câmara do passado dia vinte e sete de março com o argumento de que não se tinha inscrito, nos termos do regimento o que atrasou cerca de vinte três dias a informação que pretendia transmitir sobre o Bairro Social de Vale de Óbidos.-----

----- Seguidamente informou que os proprietários dos terrenos onde está implantado o Bairro Social de Vale de Óbidos (três das moradias) estão disponíveis para serem notificados pela Câmara Municipal no sentido de resolver um problema que se arrasta há anos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

----- Começou por agradecer toda a disponibilidade para ajudar a Câmara na resolução deste assunto e por sua vez os residentes no Bairro Social de Vale de Óbidos. Salientou que é reconhecido por todos o seu espírito de colaboração e a sua disponibilidade para o movimento associativo e para a sociedade riomaiorense, ----- Seguidamente esclareceu que as questões da democracia e da cidadania têm regras, e no caso concreto das reuniões de Câmara existe o Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal e leu o artigo décimo nono. Frisou que não tinha que esperar esse tempo para comunicar a informação à Câmara Municipal, a menos que o quisesse fazer publicamente.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____

